

"NO PÓ DOS VELHOS ARCHIVOS DESCURADOS": A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E A INVENÇÃO DO PASSADO POTIGUAR (1902-1903)

"IN THE DUST OF OLD NEGLECTED FILES": THE FOUNDING OF THE HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF RIO GRANDE DO NORTE AND THE INVENTION OF THE LOCAL PAST (1902-1903)

Magno Francisco de Jesus Santos*
magnohistoria@gmail.com

RESUMO: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi fundado no dia 29 de março de 1902. Nas instalações do Atheneu, na sala onde funcionava a Biblioteca Pública Estadual, ocorreu uma reunião solene, com alguns dos principais nomes da intelectualidade norte-rio-grandense para fundar a instituição que teria o desígnio de promover a escrita da história pátria e, especialmente, do Rio Grande do Norte. Nesse texto propomos analisar os discursos acerca da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte as concepções de escrita da história local defendidas no âmbito institucional nos seus primeiros anos de funcionamento. A análise teve por base as atas e os artigos publicados na Revista do IHGRN nos primeiros anos após a fundação do sodalício. Com isso, tornou-se possível entender as estratégias usadas pelos intelectuais do Rio Grande do Norte no intuito de promover a construção de um passado local.

PALAVRAS-CHAVE: IHGRN, Historiografia, Rio Grande do Norte.

ABSTRACT: The Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Norte was founded on March 29, 1902. At the Atheneu's premises, in the room where the State Public Library functioned, a solemn meeting took place, with some of the main names of the Rio Grande do Norte to found the institution that would have the intention of promoting the writing of the history of the country and especially of Rio Grande do Norte. In this text we propose to analyze the discourses about the foundation of the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Norte the conceptions of writing of the local history defended in the institutional scope in its first years of operation. The analysis was based on the minutes and articles published in the Journal of "IHGRN" in the first years after the foundation of the institution. With this, it became possible to understand the strategies used by the intellectuals of Rio Grande do Norte in order to promote the construction of a local past.

KEYWORDS: IHGRN, Historiography, Rio Grande do Norte.

Introdução

29 de março de 1902. Nas instalações do Atheneu, na sala onde funcionava a Biblioteca Pública Estadual, ocorreu uma reunião solene, com alguns dos principais nomes da intelectualidade norte-rio-grandense. Ao iniciar a reunião, Olympio Manuel dos Santos Vital destacou a relevância do momento para o mundo das letras na cultura potiguar, pois o estado finalmente passava a abrigar uma instituição voltada para a preservação da memória estadual e com o desígnio de promover a escrita da história pátria e, especialmente, do Rio Grande do Norte. Nascia assim o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,

* Doutor em História na UFF. Professor do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social e do Grupo de Pesquisa em Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços.

instituição que se tornou, ao longo do século XX, o principal centro de produção historiográfica do estado. Nesse texto propomos analisar os discursos acerca da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, bem como as concepções de escrita da história local defendidas no âmbito institucional nos seus primeiros anos de funcionamento.

Os institutos históricos, no alvorecer do século XX, constituíam os principais centros de produção dos saberes históricos no Brasil. Dotados do modelo difundido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado nos idos de 1838, os sodalícios estaduais desempenhavam o relevante papel de disseminação da pesquisa e da escrita da história regional, pincelando a história do Brasil com uma coloração local. A disseminação de institutos regionais tornou-se mais consistente ao longo do período da Primeira República, momento no qual havia uma demanda pelas “cousas do passado” estadual coadunada com a perspectiva federalista vigente no país.

Essa dimensão investigativa, voltada para as questões regionais, em grande medida, fez emergir uma produção historiográfica voltada para o recorte estadual. Os fazeres historiográficos dos institutos históricos se tornaram o lastro fundador da escrita da história local, com a reunião de documentos, criação de arquivos e museus, financiamento de bustos de heróis, efemérides nas datas cívicas, reuniões sobre questões da história local, fomento a escrita da história e, tão importante quanto, a reverberação dessa produção com as críticas e réplicas. Neste sentido, os sodalícios se consolidaram como as casas da história oficial, os espaços de produção dos saberes históricos e locais, em suma, lugares de memória (NORA, 1993) privilegiados, em decorrência do amparo financeiro e político do poder público.

Nesse contexto republicano de inquietações e demandas por uma leitura acerca do passado estadual, foi criado, no dia 29 de março de 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A fundação do sodalício potiguar atendia a uma série de motivações, com destaque para a necessidade de uma agremiação para reunir os homens de letras que viviam em Natal, a impetuosa carência de fontes disponíveis acerca do passado local e, o motivo central mais urgente, a dificuldade dos intelectuais norte-rio-grandenses na

defesa do estado na chamada Questão de Grossos.¹ De acordo com Saul Fernandes, “os sócios do IHG-RN também mantiveram uma produção na revista da instituição para demonstrar uma história e uma geografia comum ao território potiguar” (FERNANDES, 2016, p. 8).

Diante disso, torna-se salutar problematizar algumas questões atinentes ao processo de criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no intuito de compreender as concepções de escrita da história local defendidas no âmbito institucional nos seus primeiros anos de funcionamento. Os pronunciamentos dos sócios fundadores e políticos nas sessões inaugurais, bem como ao longo do primeiro ano de atuação, referendavam os propósitos atribuídos ao sodalício e elucidavam os elementos selecionados para constituir uma identidade estadual. Neste sentido, registros documentais como as atas das reuniões, conferências, falas de membros da diretoria nas sessões e artigos publicados na revista do instituto são relevantes para a compreensão dos embates definidores dos eixos que norteariam o processo de construção dos pilares da identidade estadual.

1. *Os fazeres historiográficas no Rio Grande do Norte*

Esses elementos foram explicitados no Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1903, no qual as finalidades da instituição foram apresentadas como questões centrais nos primeiros capítulos. Entre as finalidades, percebe-se uma retomada de valores defendidos no âmbito nacional pelo IHGB (GUIMARÃES, 1988), como também uma adequação à realidade vivenciada no estado. Os fins da instituição eram:

FIM E OBJECTO DO INSTITUTO

Art. 1—O Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à historia, geographia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e á língua de seus indígenas, desde a epocha do descobrimento do Brasil (IHGRN, 1903, p. 9).

Percebe-se uma preocupação centrada na heurística acerca das fontes sobre a história do Rio Grande do Norte. A instituição nascera com a incumbência de se tornar o principal centro cultural do estado, onde pudesse permitir aos pesquisadores locais a realização

¹ A Questão de Grossos é forma pela qual ficou conhecida na historiografia norte-rio-grandense as querelas atinentes à questão dos limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Sobre essa questão confira o livro de Saul Fernandes (2016).

de suas investigações, com o acesso às fontes. A composição de um acervo plural e polissêmico nortearia uma ampla gama de possibilidades de novas investigações, respaldadas em documentos oficiais. Era a oportunidade de elaborar a versão de uma história produzida em âmbito institucional e dentro dos cânones científicos.

Outra questão relevante apontada no documento oficial é em relação aos temas valorizados pelos sócios fundadores, atrelados à busca das origens do estado, com o estudo dos indígenas à época do descobrimento. O sodalício emergia como uma proposta de viabilizar a narração acerca do passado local, construindo heróis e descortinando os mitos fundadores do povo norte-rio-grandense. Desse modo, se tornava possível entender as “feições do seu povo e do estado”.

Todavia, a instituição não deveria ser um espaço recluso ao âmbito interno, com discussões exclusivas acerca do passado local. Esperava-se também o diálogo com intelectuais e instituições de outras plagas, no intuito de fomentar a consolidação das pesquisas e a visibilidade da produção sobre a história local. Essa era uma praxe recorrente entre os institutos históricos do antigo norte do Brasil (SANTOS, 2013). Neste sentido, o IHGRN nasceu com a demanda de ser um elo que conectaria os homens de letras do Rio Grande do Norte ao panteão de pensadores oriundos de instituições congêneres de outros estados. Seria a janela que possibilitaria aos intelectuais locais o acesso à produção acadêmica de outras paragens, bem como, permitiria a visibilidade dos escritos potiguares por pesquisadores de todo o país e até mesmo de outras nações da América Latina.² De acordo com o Estatuto:

Art 2—O Instituto procurará manter correspondência com todas as sociedades de igual natureza e bem assim com as associações literárias existentes nos diversos Estados da União, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe (IHGRN, 1903, p. 9).

O segundo artigo do Estatuto do IHGRN elucida para uma questão de grande relevância acerca da atuação dos sócios dos institutos históricos regionais, pois abaliza a interlocução dos homens de letras vinculados a essas instituições, com trocas de experiências, homenagens e embates historiográficos. Essa concepção difere da imagem

² Nas correspondências dos institutos históricos estaduais do antigo norte do Brasil, como Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, é possível localizar as revistas institucionais de praticamente todos os estados, além de correspondências de envio dos periódicos para instituições culturais na Argentina, México, Estados Unidos, Itália e França. Sobre essa questão confira Santos (2013).

tecida acerca dos sodalícios estaduais, muitas vezes tidos como espaços de reclusão de seus sócios e de pouco diálogo com outras associações, ou de reunir intelectuais sem poder de ressonância em outras paragens.³

O documento produzido e aprovado pelos sócios do IHGRN revela uma realidade muito mais complexa e espacialmente ampla, com a defesa da possibilidade de se constituir uma rede de sociabilidade de seus sócios com os intelectuais que integravam associações de natureza similar. Contudo, a compreensão de tais ações de sociabilidade e circularidade de conhecimento entre as instituições congêneres ainda se constituiu uma tarefa árdua.

Afinal, como a mediação cultural entre os intelectuais vinculados aos institutos históricos se tornava possível e era operacionalizada? Sobre isso, restam-nos pequenas frestas que podem implicar sobre estratégias de cooperação para superar as condições adversas. Uma ação recorrente entre todos os sodalícios do antigo norte do Brasil, ao longo dos primeiros decênios do século XX, foi a permuta de suas revistas e livros publicados pelos sócios. Essa ação, com certeza, foi o principal mecanismo para fazer as obras circularem, como também promover a difusão dos intelectuais locais em outros contextos. Essas permutas não se restringiam ao âmbito livresco, mas, em algumas circunstâncias, ocorriam também em relação aos acervos museológicos, no sentido de promover a construção de uma visibilidade da realidade social no âmbito externo do estado (SANTOS, 2013).

Porém, não podemos restringir essas ações ao domínio dos livros. A circularidade de ideias também ocorria por meio das homenagens aos heróis e datas cívicas estaduais ou nacionais, das efemérides dos sodalícios e, principalmente, nas ocasiões das viagens e expedições dos sócios por outros estados. Manoel Salgado Guimarães, em sua análise acerca do IHGB, demonstra a relevância dessas viagens, muitas vezes financiadas pelo Império, na construção de uma imagem acerca do Brasil, com a edificação de uma visibilidade para as fronteiras externas e do exótico existente dentro da própria nação (GUIMARÃES, 1988, p. 27).

Em relação aos institutos estaduais, essas viagens se tornavam momentos solenes, oportunidades para elogios recíprocos, de uma dúbia consagração da efeméride por ser

³ No caso dos institutos de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas, além da permuta de periódicos, havia a solicitação de reconhecimento por instituições internacionais e o envio de seus sócios para congressos brasileiros e americanos de história ou de geografia (SANTOS, 2013).

digna da presença de visitantes renomados em outras localidades, como também do próprio visitante, com as homenagens efetivadas em esfera acadêmica e política. Não raras vezes, eram efetivadas comissões para receber as autoridades notórias do conhecimento científico no intuito de fazer as honras de recepção.

Além das viagens, havia outras ações de consagração dos homens de letras em estados vizinhos, com os convites para se tornarem sócios correspondentes.⁴ Geralmente, os intelectuais convidados para sócio correspondente já eram sócios efetivos em suas localidades, fato elucidativo para a compreensão de como havia uma hierarquia na composição das listas de sócios nas referidas instituições.⁵ O Estatuto do IHGRN publicado em 1903, reverberava a relevância dos sócios correspondentes e apresentava as exigências mínimas necessárias. De acordo com o mesmo,

Art. 13 — Para sócio correspondente é preciso:
1º Que o candidato, residente fora da sede do Instituto, reúna as demais condições exigidas no art. 7.
2º Que seja proposto e aceito mediante as mesmas formalidades prescritas para a admissão dos socios effectivos (IHGRN, 1903, 12).

Certamente, essa é uma questão que ainda merece ser revista no âmbito da produção historiográfica brasileira, no sentido de entender como essas práticas de mediação cultural entre os homens de letras reverberava uma maior circulação de suas obras. Com isso, a ideia de escrita da história em perspectiva local ou regional pode ser consideravelmente revista, pois o confronto historiográfico entre esses intelectuais possibilitava um embate que extrapolava os limites estaduais. Como o próprio estatuto preconizava, a instituição deveria defender a escrita de uma história nacional, com a valorização do passado brasileiro a partir da realidade local. A história pátria deveria ser pensada a partir do lugar, da experiência social e histórica vivida no estado.

Todavia, o espaço privilegiado para a disseminação dessas práticas de sociabilidade entre os intelectuais vinculados a instituições congêneres era a revista, geralmente tida como o principal instrumento de difusão dos saberes históricos em cada estado brasileiro ao longo da primeira metade do século XX. Os periódicos dos institutos deveriam apresentar as

⁴ Eram intelectuais que viviam em outros estados e que tinham reconhecimento por sua produção acadêmica.

⁵ Uma exceção a essa situação foi a de Câmara Cascudo, que se tornou sócio correspondente dos institutos do Ceará, Paraíba e Pernambuco antes de ser aprovado como sócio efetivo do IHGRN.

análises inovadoras acerca da história, da geografia e da etnografia locais, reunindo os textos dos principais nomes da intelectualidade de cada unidade da Federação. Ao longo dos primeiros decênios do século XX, essas revistas publicavam artigos originais, replicavam textos produzidos por intelectuais locais que porventura tinham sido publicados em outros estados, países ou até mesmo em periódicos locais de menor circulação. Entretanto, chama a atenção à difusão de obras escritas pelos chamados sócios correspondentes, uma categoria destinada à inclusão de intelectuais que viviam em outras cidades, estados e países. Sobre a publicação da revista, o Estatuto do IHGRN determinava as seguintes diretrizes:

Art. 3 - Publicará, duas vezes por anno, a — REVISTA do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE — a qual terá, pelo menos, quarenta e oito páginas em cada número, um oitavo francez, e formará uma edição uniforme.

§ Único—Nessa REVISTA serão publicados, além das actas das sessões, os discursos do Presidente e do Orador e os relatórios do 1º Secretario, apresentados na sessão magna; assim como as memorias e documentos relativos à historia do Rio Grande do Norte e à sua geographia, os trabalhos dos sócios e as noticias ou os extractos de nossa historia publicados em outra parte, no Paiz ou no Extrangeiro, precedendo a respeito destes o parecer de uma commissão para este fim nomeada (IHGRN, 1903, p. 9-10).

As diretrizes apontadas no Estatuto definiam a manutenção da periodicidade semestral, o tamanho das folhas e o quantitativo de laudas de cada volume, bem como as sessões que deveriam constar. Nesse quesito, a Revista do IHGRN apresentava um parâmetro similar ao dos periódicos publicados em instituições congêneres, com as atas, relatórios, memórias, documentos, notícias e trabalhos inéditos. Chama a atenção à informação na qual a revista deveria dedicar um espaço para a publicação de “extractos de nossa história publicados em outra parte, no Paiz ou no Extrangeiro”. Isso demonstra a preocupação com a constituição de uma heurística que não deveria ser exclusiva da gestão documental, mas também incluía o levantamento da produção historiográfica. Nesses casos, o texto deveria ser submetido a uma avaliação de integrantes das comissões responsáveis pela recolha de manuscritos e avaliação de textos históricos. No primeiro estatuto aprovado pela instituição, deveriam ser constituídas as seguintes comissões:

Artigo 30 – O Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte é formado pelas seguintes comissões:

I Fazenda e orçamento;

II Estatutos e redacção da REVISTA;

III Revisão de manuscritos e pesquisa de documentos:

IV Trabalhos de historia, geographia e chorographia do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte (IHGRN, 1903, p. 16).

As três últimas comissões encontravam-se atreladas a funções de heurística documental e historiográfica, fato elucidativo para entendermos a demanda por história vigente na cidade no alvorecer do século XX. Certamente, essa constituiu uma iniciativa no sentido de reunir os textos acerca do passado local, na difusão dos escritos históricos em âmbito estadual. A instituição deveria se tornar a casa da memória potiguar, guardiã das fontes e dos escritos científicos.

2. *As “chronicas scientificas sobre os grandes homens e os factos memoráveis”*

Neste sentido, torna-se salutar discutir a compreensão dos sócios do sodalício, ou pelo menos dos membros da diretoria e autores dos primeiros textos, acerca dos fazeres e saberes históricos. O conhecimento histórico, no início do século XX, passava por importantes questionamentos e revisões, marcadas pelas disputas entre intelectuais vinculados a diferentes concepções teóricas, muitas das quais atreladas ao historicismo e às diferentes acepções científicas (REIS, 2010).

No caso do IHGRN, percebe-se, no primeiro momento, uma preocupação em se constituir uma leitura respaldada na coesão interpretativa de seus sócios acerca da compreensão histórica. Os intelectuais vinculados ao sodalício se viam como devedores do cientificismo oriundo dos pensadores do século XIX, ou seja, com a fundação de uma instituição acadêmica, eles seriam os continuadores do projeto científico oitocentista em terras natalenses, por meio de uma linearidade de pensamento. Ao apresentar a primeira edição da Revista do IHGRN, a comissão de redatores da revista, constituída por Alberto Maranhão, Pedro Soares e Luiz Fernandes, destacou:

Um dos grandes serviços do século findo, esse fecundo cyclo historico tão prodigo em descobertas magnificas, foi sem duvida o empenho pertinaz e fatigante de espiritos eminentes em fazerem reviver na chronica scientifica os grandes homens e os factos memoraveis que se agitaram à face do planeta, no combate constante e productivo que a lei da evolução preside, desde as afastadas epochas, apenas divulgadas pela poderosa lente inductiva da sabedoria moderna (RIHGRN, 1903, p. 3).

Esse texto pode ser visto como um indício relevante sobre a vinculação teórica dos sócios do IHGRN, bem como a própria concepção estabelecida para os fazeres historiográficos. Fica evidente a preocupação com o cientificismo, por meio da produção de

“crônicas científicas”, nas quais seriam elucidadas as trajetórias de “grandes homens e fatos memoráveis”. Esses dois quesitos são imprescindíveis para entendermos como o IHGRN foi fundado como uma proposta de retirar do esquecimento os “homens” dignos de serem lembrados por seus feitos. Em um espaço fundado exclusivamente por homens, havia o intuito explícito de construir a memória acerca dos antepassados da elite local, dos “grandes homens”, daqueles que teriam feito a história local. A história, nesta perspectiva, era fruto dos grandes feitos, da ação exclusiva dos homens oriundos de uma pequena elite política, econômica e intelectual.

O texto também revela o domínio cientificista defendido pelos sócios redatores. A sociedade era entendida como um conjunto social regido por leis evolucionistas, onde a luta em defesa da memória era um indício de vinculação à modernidade. A relação entre as leis científicas e o ingresso no mundo moderno foi explicitada pelos mesmos redatores:

Os novos methods, empregados para o conhecimento, tanto quanto possível exacto, da historia da terra e dos seus habitantes, deram surprehendedentes resultados; e já hoje apparece, evocado pela visão subjectiva dos estudiosos, em descortino bellissimo e grandioso, o passado inteiro da nossa espécie, instruído pelos seus feitos notáveis atravez dos séculos já submettidos à analyse philosophica, precursora immediata das leis que a sciencia propriamente dita vae codificando e que primeiro surgiram no cérebro genial dos beneméritos apóstolos da especulação e da hypothese (RIHRN, 1903, p. 4).

Os fazeres historiográficos perpassavam pelo emprego de um método que possibilitasse a construção de um conhecimento exato da história, com o uso das leis da ciência e da análise filosófica. A operação historiográfica perpassava pela busca dos documentos, bem como pela retirada dos fatos históricos descritos nos mesmos. O passado emergia nos documentos como uma tela, um cenário pronto para ser extraído pelos grandes historiadores:

É também nesses repositórios que os grandes historiadores de alto mérito sabem extrahir da aridez enfadonha de manuscritos antigos a synthese philosophica e instructiva que nos apresenta, em magestosa tela impressionante, o drama glorioso da historia conhecida, desdoblado em scenas deslumbrantes, que a imaginação do artista philosopho opulenta e realça em grandes traços geniaes, como está para ver-se quanto á historia especial da raça da qual principalmente. Procedemos — nessa esplendida epopéa da dynastia de Aviz, em que Oliveira Martins immortalizou, em livros que ficaram, a “invicta geração” dos portuguezes (RIHGRN, 1903, p. 4).

O passado de glórias era tido como uma lição a ser utilizada como um recurso pedagógico no tempo presente. A história era a mestra da vida, com os usos das biografias dos grandes homens, nos quais as novas gerações deveriam se nortear para guiar-se nos caminhos do presente em direção ao futuro. Em busca de um passado mítico, o olhar do historiador se deparava com a experiência portuguesa, exemplar na vivência histórica por meio da colonização no novo mundo, assim como exemplar na proeza de enxergar os fatos do passado. Assim, do mesmo modo pelo qual a dinastia de Avis deveria ser tida como o capítulo introdutório da história pátria, também seria o espelho pretérito do passado mítico do brasileiro tido como civilizado. Assim, a escrita da história desse passado, pela pena de Oliveira Martins, deveria ser o guia metodológico das novas experiências historiográficas a serem disseminadas no Rio Grande do Norte. A operação historiográfica (CERTEAU, 1982) entre os homens de letras potiguares deveria ser norteadada pelo exemplo dos historiadores da velha Europa. Com isso:

Foi na certeza, portanto, da necessidade de uma instituição entre nós que não deixasse perderem se, no pó de velhos arquivos descuidados, documentos valiosos da historia patria, e especialmente do Rio Grande do Norte, que possam servir de base e fornecer elemento seguro ao futuro historiador; foi nessa certeza, sim, que um grupo de homens que se não desinteressam das coisas do espirito conseguiu fundar nesta Capital, em 29 de Março de 1902, o Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, que esta REVISTA representa na Imprensa (RIHGRN, 1903, p. 5).

De acordo com os redatores da Revista do IHGRN, o periódico emergia com a missão de fornecer aos historiadores a facilidade de acesso aos documentos sobre o passado potiguar. Os sócios do sodalício são apresentados como uma elite imbuída de uma missão civilizadora, de salvaguarda da memória estadual na luta contra as mazelas do esquecimento. O periódico era apresentado como um baluarte da imprensa potiguar, no qual a história e a geografia da terra eram apresentadas a seu povo.

Nestas paginas encontrarão os leitores tudo o que referente à geographia e à historia do nosso Estado e em geral do Brasil pudermos obter nas pesquisas que o Instituto fizer para o conhecimento da nossa vida, desde o tempo da conquista, e também o que possível fôr conseguirmos da existencia selvagem dos primeiros povoadores — essas pobres hordas primitivas que as armas e a astúcia dos brancos despojaram (RIHGRN, 1903, p. 6).

Na apresentação da revista, ficava evidente a preocupação em explicar as origens do Rio Grande do Norte, com a discussão acerca dos povos indígenas que viveram na

localidade, bem como a presença de europeus no início da colonização. O passado deveria ser descortinado. O esquecimento, tido como um indício da barbárie, deveria ser suplantado pela memória. E essa memória edificada sob a tutela do sodalício deveria fomentar a escrita da história com respaldo científico, a favor da verdade. Na sessão solene de criação do IHGRN, Vicente de Lemos afirmou:

O fim da presente reunião era a fundação, nesta Capital, de um Instituto Historico e Geographico, que tomando o encargo altamente patriotico de firmar com dados authenticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica da vida Potyguar em qualquer sentido, promovesse todos os meios conducentes à realização desse *desideratum* (ACTA IHGRN, 29 de março de 1902, p. 6).

O intelectual norte-rio-grandense elucida a preocupação dos sócios fundadores em descortinar “a verdade histórica da vida potyguar”, na qual se destacava a iniciativa de empreender a heurística documental sobre o estado. Tais documentos deveriam apresentar os elementos valorados no âmbito da pesquisa científicista, como dados autênticos. O passado potiguar deveria ser recuperado, mas sob o respaldo da história científica vigente no período oitocentista.

Chama atenção a tentativa de construir uma narrativa na qual a história local encontrava-se atrelada a nacional, como a emergência do processo de colonização a partir do espaço potiguar. De acordo com Coelho Rodrigues, o “Rio Grande do Norte, que deve este nome ao Rio Potengy, considerado a principio de maior curso, foi a primeira terra do Brasil visitada pelos europeus” (RODRIGUES, 1903, p. 24)

É importante salientar os temas centrais discutidos nos primeiros números da Revista do IHGRN, pois os mesmos, de certo modo, elucidavam a compreensão dos propósitos atinentes à instituição e a demanda por história vigente no Rio Grande do Norte no alvorecer do século XX. O estado era descrito como o espaço das oportunidades para o desenvolvimento de atividades econômicas. Para Coelho Rodrigues,

Nem foi este só que no Rio Grande enriqueceo, mas outros muitos, porque ainda que o territorio é o peor do Brasil, como temos dito nelle se dão muitas criações, e outras grangearias, de que se tira muito proveito, e do mar muitas e boas pescarias (RODRIGUES, 1903, p. 39).

Outra questão debatida já nos dois primeiros números da revista foi a questão dos limites, ponto central dos embates políticos da intelectualidade norte-rio-grandense no emergir do século XX (FERNANDES, 2016). Coelho Rodrigues e Felisbello Freire publicaram as

suas considerações sobre a construção do território potiguar, utilizando-se de uma vasta documentação. O discurso científico da história, pautada na busca pela verdade com respaldo de documentos autênticos, legitimava uma atuação prática de reivindicação pelo território da margem oeste do rio Apodi, na região de Grossos. O uso farto de fontes históricas tinha como intuito construir uma narrativa inquestionável, uma leitura oficial e verdadeira sobre o passado no qual respaldava a colonização dessa faixa de terra a partir da iniciativa de colonos oriundos do Rio Grande. Para o sócio correspondente Felisbello Freire,

Podemos dizer que, por esse tempo, “os francezes se achavam de posse de todos os portos do Rio Grande para o norte e contavam por ahi com toda a india a seu favor e tinham sempre em cheque a Parahyba”. Um facto, porem, veio promover a colonização do Rio Grande cio Norte: a lucta de francezes no forte de Santa Catharina de Cabedello, os quaes, derrotados pelos colonizadores de Parahyba, passaram-se com suas nãos ao Rio Grande do Norte, “ainda não, ocupado” (FREIRE, 1903, p. 3).

De acordo com a leitura do historiador sergipano, convidado para escrever sobre a questão dos limites do Rio Grande do Norte, a conquista do estado teria ocorrido como consequência da presença francesa, ou seja, para expulsar o invasor. Possivelmente Freire tenha sido convidado pelos sócios do IHGRN para escrever sobre os limites do estado em decorrência de sua trajetória afamada com o projeto de escrita da história territorial do Brasil. De certo modo, ele era um dos mais renomados pesquisadores dos limites internos do país. Para ele, a atuação do conquistador Albuquerque mostrava a ocupação de um espaço ainda não povoado, legitimando a posse da terra.

Tratou Albuquerque de fundar uma povoação no porto do Rio Grande. Sendo improprio o local do forte para ella, transferiu-a para “o primeiro chão elevado e firme que se apresenta margem direita do rio, obra de meia légua acima de sua perigosa barra”. A essa povoação, depois villa e cidade, chamou se Natal, “em virtude, sem duvida, de se haver inaugurado o seu pelourinho ou a sua igreja matriz a 25 de Dezembro do anno da fundação [1595]”. Estava, pois, installada a machina politica e administrativa do hoje Estado do Rio Grande do Norte. Os francezes, batidos no Rio Grande, refugiaram-se para o norte, d'onde era preciso retiral-os. (FREIRE, 1903, p. 5).

A ocupação do território teria sido gradual e a explicação histórica da colonização portuguesa no Rio Grande era utilizada como recurso para construir um discurso que respaldava a posse sobre o oeste do rio Apodi. Para Freire, “esse trabalho de colonização, que foi pouco a pouco progredindo, interrompeu-se com a invasão hollandeza, que não poupou esta capitania, sendo uma das que mais soffreram” (FREIRE, 1903, p. 9).

O espaço potiguar era diferenciado do cearense pelo passado indígena. O Rio Grande era marcado pela presença do potiguar, enquanto o Ceará do tabajara. Ele afirmou que “ahi estão duas famílias indígenas — os potyguares e os tabajaras—limita-las pelo Jaguaribe; uma se estendendo para o sul, e outra para o norte; uma ajudando a colonização do Rio Grande, e outra a do Ceará” (FREIRE, 1903, p. 13). Esse recurso foi pouco utilizado na questão dos limites entre as unidades da Federação ao longo da Primeira República.

Para Felisbello Freire, a coligação dos portugueses com os indígenas era uma forma de visualizar a construção dos espaços federativos. Entretanto, ele advertia o propósito reivindicador:

Não é, porem, nosso intuito querer conquistar a zona compreendida entre o morro do Tibau e aquelle rio. Appellamos para este precedente historico como demonstração de que o Rio Grande perdeu territorio que de direito lhe pertence, quando, em vista dos acontecimentos posteriores, os limites foram traçados pela serra do Apody e a linha traçada do seu ultimo contraforte áquelle morro (FREIRE, 1903, p.14).

A capitania do Rio Grande foi interpretada como o espaço da resistência, da luta contra o invasor. Como asseverou Freire, “ahi estão as horrorosas scenas da matança de Cunhaú” (FREIRE, 1903, p. 10). Tudo isso em uma perspectiva que partia da visão de uma continuidade histórica com o passado português. Neste sentido, o português é apresentado como o legítimo dono da terra, enquanto franceses e holandeses foram tratados como exploradores, povos que dificultavam a ação civilizadora empreendida pelos portugueses. Para Coelho Rodrigues:

porque assim como se tira hum, se coalha o cresce continuamente outro, nem obsta que não vão ali navios de Portugal (se não he algum de arribada), pois basta que vao á Parahyba, donde dista sómente vinte e cinco legoas, e de Pernambuco cincoenta, porque destas partes se provejão do que lhe é necessário, como fazem em seus caravelões, e sobre todos estes commodos foi de muita importancia povoar-se, e fortificar-se o Rio Grande pera tirar dali aquella ladroeira aos Francezes (RODRIGUES, 1903, p. 40).

Se o passado remoto era associado à liderança do povo português, o presente ou passado próximo encontrava-se atrelado ao comando das elites locais, tidas como líderes da modernização do estado e da construção do conhecimento histórico por meio de seu instituto. Além de construir uma espacialidade potiguar, com a designação de um território comum, legitimado pela apresentação de uma documentação na qual se confirmava esse passado imaginado de colonização das terras, tornava-se necessário também forjar a

identidade potiguar por meio da edificação de um passado mítico, com a presença de seus heróis, ou seja, a escrita de biografias de homens que deveriam servir de exemplo para a formação das novas gerações.

Essa preocupação se torna perceptível ao passo que observamos a preocupação dos sócios em realizar sessões solenes ou aprovarem documentos oficiais da instituição em datas cívicas. Na reunião realizada no dia 25 de maio de 1902, os sócios aprovaram a proposta de efetivar a provação do estatuto na data de celebração do mártir potiguar da Revolução Liberal de 1817:

Nos termos da disposição transitória dos mesmos Estatutos, a Directoria designou o próximo dia 12 de Junho, em que commemora o Estado o supplicio do seu grande martyr da liberdade — Frei Miguelinho — para ter logar a eleição da primeira Directoria effectiva e comissões do Instituto, convidando os socios presentes a comparecerem na hora do costume, e determinando que pela imprensa fossem também convidados os demais (IHGRN, 1903, p. 94).

Esses textos biográficos são salutares para a compreensão dos valores imaginados ou atribuídos aos biografados e personalidades homenageadas nas sessões da diretoria. Isso ocorria tanto em relação ao mito fundador, a um passado remoto ou ao passado próximo, com iniciativas de uma história imediata a partir das biografias em tons de necrológios. A ata da 4ª sessão, realizada na tarde de domingo de 18 de maio de 1902, os sócios apresentaram a notícia da morte de Augusto Severo Albuquerque:

Senhores: É esta a primeira vez em que nos reunimos, depois do luctuoso desastre de doze do corrente, que motivou a morte daquelle que havia dedicado todo o esforço da sua prodigiosa intelligencia á solução do grande problema que, ha muitos annos, tem prendido a attenção dos mais alevantados espíritos, dos mais eminentes cultores da sciencia. A morte do notável brasileiro Augusto Severo, occorrida em Pariz, pelas seis horas da manhã daquelle dia, não é somente uma perda irreparavel para os seus amigos e parentes, não enluta e entristece somente a elles, mas a todo este Estado, onde nasceu, a todo o Brasil, nossa patria querida, a todo o mundo, porque a sciencia, pela qual Augusto Severo exhalou o ultimo suspiro, não conhece confrontações territoriaes, não distingue raças, pertence á humanidade inteira. E, quando de toda parte em que chega a noticia do infausto acontecimento correm todos pressurosos a associar-se á grande romaria de demonstração de pesar pelo desaparecimento desse vulto homérico, não podemos ser a isso indifferentes nós, que o conhecíamos de perto, nós, que tivemos occasião de apreciar as excelsas qualidades que tão nobremente o distinguiam. Tendo, pois, a mais plena convicção de que

interpreto os vossos sentimentos, indico: Que se lance na acta um voto do mais profundo pesar se levante a sessão (ATA, 18 de maio de 1902, p. 89).

Augusto Severo foi descrito como o aventureiro, o homem de ciência que acata os desafios do progresso, da modernidade. A morte prematura em acidente na aviação, o tornava um mártir do progresso, da renovação. Apesar de ter apresentado um desfecho trágico e, possivelmente, até mesmo por esse motivo, a trajetória de Augusto Severo se transformava em aspecto modelar para a formação das futuras gerações. Era o herói ideal para se constituir os pilares da escrita da história no âmbito do IHGRN. Ele aglutinava todos os elementos necessários para a construção de uma leitura do passado e do futuro potiguar: modernidade, coragem, sacrifício, tecnologia, ciência, razão.

Além de todas essas prerrogativas, ele era integrante de uma importante família política, associada ao mito fundador da conquista do Rio Grande. A morte prematura costurava passado remoto e passado próximo, na edificação de seu herói. Após o anúncio da morte, o sócio Meira e Sá saudou as virtudes do nobre potiguar:

A extraordinaria obra, o devotamento heroico, o empreendimento assombroso do nosso inolvidável patricio e nunca assaz pranteado amigo Augusto Severo, a que o nosso illustrado Presidente acaba de referir-se de modo tão sentido quanto eloquente, são dignos do seu grande espirito privilegiado. E, honrando sobre maneira o Brasil, honra elle, com especialidade, esta pequenina nesga de terra do Rio Grande do Norte, que lhe foi berço abençoado. Aonde quer que se leia a historia, já celebre, da solução do tormentoso problema da navegação aerea, a cujo respeito cabe incontestável e incontestada primazia à nossa patria, o nome de Augusto Severo será lido com desvanecimento — ahi, brilhará aureolado pela Gloria (ATA, 18 de maio de 1902, p. 89).

A assertiva de Meira e Sá destacava as virtudes do conterrâneo, como também buscava comover as autoridades para uma ação conjunta de construção da memória do herói, sacrificado em nome da ciência nos ares parisienses. Severo deveria ser visto como o herói do Rio Grande do Norte e do Brasil, morto no processo de afirmação da navegação aérea. Essa ação reafirmava a presença do país como vanguarda tecnológica e na difusão de cientistas que desafiavam os empecilhos do passado. O passado inventado, no âmbito do IHGRN, era marcado pelo herói emergente, forjado com pouco mais de um mês após a fundação do sodalício. O sócio do IHGRN afirmava:

O seu tumulo é ao mesmo tempo o pedestal sobre o qual começa a erguer-se o magestoso monumento á sua perenne memoria. Isto mesmo nos está a dizer: justas são todas as lagrimas que a sua suppração e a eterna

saudade inspiram; mas não é menos justo que saudemos o heroe (ATA, 18 de maio de 1902, p. 91).

A tragédia parisiense teria concluído o aparato inicial de construção da identidade potiguar por meio da invenção do passado local. A escrita da história buscava sedimentar o passado mítico, com os traços acerca da conquista do e ocupação do território e a exposição de seus heróis, dos tempos idos da expulsão dos invasores franceses e do passado próximo, com a história imediata na escrita biográfica do mártir da ciência, Augusto Severo.

Considerações finais

O início do século XX foi marcado pelo processo de fundação de institutos históricos estaduais como um sinal de estruturação das elites intelectuais regionais no processo de reconhecimento e de construção de espaços culturais. No caso do Rio Grande do Norte, a fundação do IHGRN foi entendido como uma estratégia pelas elites políticas e intelectuais para angariar forças no levantamento documental e de escrita da história na questão dos limites com o vizinho estado do Ceará.

Os primeiros escritos publicados na Revista do IHGRN elucidam a preocupação em firmar uma imagem para a terra e a sua gente, ou seja, em edificar uma visibilidade para a experiência histórica do Rio Grande do Norte e expressar as diferenças entre as demais unidades da federação. A história era um instrumento de usar o passado para colorir as reivindicações do presente. Neste sentido, mais do que inventar uma historiografia regional, os institutos históricos fomentavam os elementos que deveriam ser tidos os pilares da identidade regional, buscando no passado os elementos que deveriam ser considerados a inspiração do presente e o espelho do futuro. A história tornou-se um instrumento de construção de um horizonte de expectativas (KOSELECK, 2006), inventado o passado potiguar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Saul. Os engarrafadores dos espaços ou a disputa pela produção espacial norte-rio-grandense e cearense durante a retomada da questão dos limites entre os sócios do IHGA-CE e do IHG-RN. *Espacialidades*. Natal, n. 9, 2016, p. 140-165.

FERNANDES, Saul Estevam. O (In)Imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920). Natal: IFRN, 2016.

FREIRE, Felisbello. Limites do Rio Grande do Norte com o Ceará: síntese histórica. *Revista do IHGRN*. Natal, n. 2, 1903, p. 3-5.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 12, 1993, p. 7-28.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Revista do Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Norte. In: *Revista do IHGRN*. Natal, n. 1, 1903, p. 3-5.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RODRIGUES, A. Coelho. O Rio Grande do Norte antes da conquista. *Revista do IHGRN*. Natal, n. 1, 1903, p. 24-40.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, S. SANTOS, M. SANTOS, A. *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: EDUFS, 2013.